

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 3.380, DE 2004**

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

**Autora:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (SUG Nº 52/03)

**Relator:** Deputado CLEBER VERDE

## **I – RELATÓRIO**

Tendo sido designado relator do Projeto de Lei nº 3.380, de 2004, verifiquei que a matéria foi relatada anteriormente pelo nobre colega Nelson Trad, que, no entanto, não viu apreciado seu parecer. Por concordarmos com os termos ali exarados, tomamos a liberdade de aproveitá-los integralmente no nosso parecer.

O presente Projeto de lei, fruto de Sugestão apresentada à CLP – Comissão de Legislação Participativa, e por esta acolhida, pelo IFF – Instituto FGTS Fácil, visa alterar a Lei nº 10.555/02, possibilitando ao titular de conta vinculada do FGTS com sessenta anos ou mais usufruir do complemento de atualização monetária referido na LC nº 110/01, em parcela única recebível no mês subsequente ao que atingir a idade mencionada.

Distribuído inicialmente à CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Projeto foi aprovado nos termos do Substitutivo oferecido pelo Relator, o nobre Deputado JOVINO

CÂNDIDO, em seu Parecer reformulado, e contra os votos dos Deputados DANIEL ALMEIDA, ISAÍAS SILVESTRE E DRA. CLAIR.

A seguir, o Projeto e o Substitutivo foram analisados pela CFT – Comissão de Finanças e Tributação, que aprovou o primeiro na forma do segundo, nos termos do Parecer do Relator, ilustre Deputado CORIOLANO SALES.

Agora as proposições encontram-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguardam Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, no prazo regimental estabelecido para o regime prioritário de tramitação.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

A iniciativa da presente proposição é válida, pois trata-se de alterar lei federal, que versa sobre matéria cuja iniciativa legislativa não é reservada ao Chefe do Executivo, competindo mesmo à União legislar, privativamente, sobre a seguridade social (CF: art. 22, XXIII).

Sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto original, nada mais a objetar. Quanto à técnica legislativa, oferecemos a emenda anexa visando adaptar o Projeto aos preceitos da LC nº 95/98.

Passando ao Substitutivo adotado pela CTASP ao Projeto, não temos objeções a fazer quanto à constitucionalidade e juridicidade do mesmo.

Já quanto à técnica legislativa, oferecemos a subemenda anexa aperfeiçoando esta e também adaptando a proposição aos preceitos da LC nº 95/98.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pela emenda anexa, do PL nº 3.380/04; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pela Subemenda também em anexo, do Substitutivo adotado pela CTASP ao Projeto original.

É o voto.

Sala da Comissão, em        de        de 2011.

Deputado CLEBER VERDE  
Relator

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 3.380, DE 2004**

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

**Autora:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA (SUG Nº 52/03)

**Relator:** Deputado CLEBER VERDE

### **EMENDA DO RELATOR**

Na nova redação dada ao art. 2º da Lei nº 10.555/02 pelo art. 1º do Projeto, substitua-se o sinal “dois pontos” por “ponto final” após a expressão “Parágrafo único”, acrescentando-se ao final do artigo a rubrica (NR).

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado CLEBER VERDE  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO PROJETO DE LEI Nº 3.380, DE 2004**

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

**Autora:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA (SUG Nº 52/03)

**Relator:** Deputado CLEBER VERDE

### **SUBEMENDA DO RELATOR**

Na nova redação dada ao art. 2º da Lei nº 10.555/02 pelo art. 1º da proposição, o “§ 1º” passa a constituir “parágrafo único”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado CLEBER VERDE  
Relator